

Projeto de Lei nº 3799, de 2021

Iniciativa: Senadora Rose de Freitas (MDB/ES)

Ementa:

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a obrigatoriedade de profissional de estabelecimento de ensino comunicar informação de que seja sabedor sobre violação, ou iminência de violação, de direito fundamental que possa pôr em risco aluno criança ou adolescente.

Assunto: Política Social - Educação

Data de Leitura: 28/10/2021

Tramitação encerrada

Decisão: Arquivada ao final da Legislatura (art.

Último local: 16/01/2023 - Coordenação de Arquivo

Destino: Ao arquivo

Último estado: 22/12/2022 - ARQUIVADA AO FINAL
DA LEGISLATURA

Despacho:

21/02/2022

Decisão da Presidência

Análise - Tramitação sucessiva, Instrução da matéria

(SF-CDH) Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

(SF-CE) Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Relatoria:

CDH - (Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa)

Relator(es):

Senador Flávio Arns (encerrado em 22/12/2022 - Matéria com
tramitação encerrada)

TRAMITAÇÃO

22/12/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: ARQUIVADA AO FINAL DA LEGISLATURA

Ação: A proposição é arquivada ao final da legislatura, nos termos do caput do art. 332 do Regimento Interno.

22/12/2022 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: Encaminhada à SGM para providências relativas ao final de legislatura.

07/07/2022 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído ao Senador Flávio Arns, para emitir relatório.

07/03/2022 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Não foram recebidas emendas no prazo regimental.
Matéria aguardando distribuição.

TRAMITAÇÃO

22/02/2022 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: Recebido na CDH.
Prazo para recebimento de emendas:
Primeiro dia: 23/02/2022;
Último dia: 04/03/2022.

21/02/2022 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: Prazo: Apresentação de Emendas a projeto terminativo em Comissão (Art. 122, II, "c", do RISF). De 23/02/2022 a 04/03/2022.
Perante a CDH.

21/02/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal**Situação:** AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: A matéria vai à CDH, seguindo posteriormente à CE, em decisão terminativa, cabendo apresentação de emendas perante a primeira Comissão pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, "c", do Regimento Interno.

*Publicado no DSF Páginas 43 - DSF nº 17***28/10/2021** PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encaminhado à publicação, em 28/10/2021.

Publicado no DSF Páginas 521-524 - DSF nº 178

DOCUMENTOS

PL 3799/2021

Data: 28/10/2021**Autor:** Senadora Rose de Freitas (MDB/ES)**Local:** Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a obrigatoriedade de profissional de estabelecimento de ensino comunicar informação de que seja sabedor sobre violação, ou iminência de violação, de direito fundamental que possa pôr em risco aluno criança ou adolescente.

Avulso inicial da matéria

Data: 28/10/2021**Autor:** Senado Federal**Local:** Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Encaminhado à publicação, em 28/10/2021.

Descrição/Ementa: -